

## **LEI Nº 965/2005**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA OPERACIONAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PRO-FDM E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**SERGIO MURILO COSTA**, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao programa Operacional o Fundo de Desenvolvimento Municipal do Estado de Santa Catarina – PRO-FDM, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e com a interveniência do BADESC – AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A.

**Art 2º** - A adesão ao PRO-FDM propiciará o aporte de recursos ao Município, para financiamento de obras de infraestrutura econômica e social, serviços públicos, máquinas e equipamentos, para adequação institucional da Administração Municipal na forma de seu regulamento.

**Art 3º** - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos em obras, serviços máquinas, equipamentos e projetos de desenvolvimento institucional, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM, até o montante de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) para aquisição de um Trator de Esteiras e Retroescavadeira.

**Parágrafo Único** – Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes o ICMS e ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

**Art 4º** - Para dar continuidade ao PRO-FDM, o Poder Executivo consignará nos Projetos de Leis Orçamentárias dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

**Art 5º** - Por conta do financiamento estabelecido no Artigo 3º desta Lei, o município pagará em 24 meses, com 12 meses de carência, encargos ao ano, de 50% da taxa de juros de longo prazo – TJLP, utilizada para atualização dos encargos financeiros, com a eliminação da necessidade de contra partida financeira em acordo com os artigos 2º e 4º itens, I e III, da Lei 12.120/2002.

**Art 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 03 de agosto de 2005

**SERGIO MURILO COSTA**  
**Prefeito Municipal**